

RESOLUÇÃO CFESS Nº 495/2006
de 02 de outubro de 2006

EMENTA: Estabelece os patamares mínimo e máximo para fixação da anuidade para o exercício de 2007 de pessoa física e o patamar da anuidade de pessoa jurídica, no âmbito dos CRESS e determina outras providências.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO as deliberações do **XXXV Encontro Nacional CFESS/CRESS**, realizado em Vitória/Espírito Santo, de 07 a 10 de setembro de 2006, relativas ao estabelecimento dos patamares mínimo e máximo para a fixação da anuidade de pessoa física e o estabelecimento do valor da anuidade de pessoa jurídica, bem como a fixação dos valores de multas, juros, taxas e todas as demais condições, decorrentes da fixação do valor da anuidade, tudo para o **exercício de 2007**;

CONSIDERANDO a necessidade social da receita proveniente das anuidades e outros, de forma a possibilitar a adequada execução e encaminhamento das atividades e ações de atribuição legal dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social;

CONSIDERANDO a obrigação, de competência dos Conselhos Regionais de Serviço Social, relativa a responsabilidade com a arrecadação de todas as contribuições que são devidas pelas pessoas físicas e jurídicas, inscritas em sua jurisdição.

RESOLVE:

Art.1º - Fixar a anuidade de **pessoa física** a ser cobrada pelos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, no **EXERCÍCIO DE 2007**, dos profissionais inscritos e a se inscreverem entre os seguintes patamares: Mínimo: R\$ 180,96 (cento e oitenta reais e noventa e seis centavos) e Máximo: R\$ 287,04 (duzentos e oitenta e sete reais e quatro centavos) e para as **pessoas jurídicas** no patamar único de R\$ 287,04 (duzentos e oitenta e sete reais e quatro centavos).

Parágrafo Primeiro: Os prazos para pagamento da anuidade em cota única nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, serão os seguintes, de acordo com a deliberação do XXXV Encontro Nacional CFESS/CRESS:

- I- 31 (trinta e um) de janeiro de 2007, com vencimento do dia 5 ao dia 10 do mês de fevereiro;
- II- 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2007, com vencimento do dia 5 ao dia 10 do mês de março;
- III- 31 (trinta e um) de março de 2007, com vencimento do dia 5 ao dia 10 do mês de abril;
- IV- 30 (trinta) de abril de 2007, com vencimento do dia 5 ao dia 10 do mês de maio.

Parágrafo Segundo: A anuidade de 2007 que for quitada, neste exercício, em cota única nos meses de janeiro, fevereiro e março terão os seguintes descontos:

- I. Janeiro - 15% (quinze por cento);
- II. Fevereiro - 10% (dez por cento);
- III. Março - 5% (cinco por cento);
- IV. Abril - valor integral, sem desconto.

Parágrafo Terceiro: A anuidade de 2007 poderá ser paga em até 6 (seis) parcelas, com valores iguais e sem desconto, cujas datas de vencimento serão:

- 1^a. Parcela - do dia 5 ao dia 10 de fevereiro de 2007;
- 2^a. Parcela - do dia 5 ao dia 10 de março de 2007;
- 3^a. Parcela - do dia 5 ao dia 10 de abril de 2007;
- 4^a. Parcela - do dia 5 ao dia 10 de maio de 2007;
- 5^a. Parcela - do dia 5 ao dia 10 de junho de 2007;
- 6^a. Parcela - do dia 5 ao dia 10 de julho de 2007.

Parágrafo Quarto: A anuidade não paga em cota única do dia 5 ao dia 10 de maio de 2007, ou parcela não quitada nas datas de vencimento, indicadas no parágrafo 3º deste artigo, sofrerão os seguintes acréscimos:

- I. multa de 2% (dois por cento) incidente sobre a anuidade;
- II. juros simples de 1% (um por cento) ao mês;

Parágrafo Quinto: As anuidades relativas a exercícios anteriores a 2007, não quitadas, sofrerão os mesmos acréscimos mencionados no parágrafo 4º deste artigo, inclusive em relação a incidência da multa de 2% (dois por cento).

Parágrafo Sexto: A anuidade não paga em cota única e não parcelada do dia 5 ao dia 10 de junho de 2007 poderá ser parcelada em até 6 (seis) vezes, a critério do profissional interessado, sofrendo os acréscimos previstos no parágrafo 4º do presente artigo.

Parágrafo Sétimo: Os acréscimos referidos no parágrafo 4º do presente artigo devem ser calculados sobre o valor da anuidade, no mês em que for efetuado o pagamento.

Art. 2º - A anuidade a ser paga integral ou proporcional, conforme o caso, pelo profissional, no ato da inscrição perante o Conselho Regional de Serviço Social competente, poderá ser parcelada em até 3 (três) vezes, a critério exclusivo deste, desde que a última parcela não ultrapasse o mês de **junho de 2007**.

Parágrafo Único - O profissional que se inscrever a partir do dia 01 de julho de 2007, deverá efetuar o pagamento da anuidade proporcional, em cota única.

Art. 3º- Após firmado o “Termo de Parcelamento e Confissão de Dívida” fica limitado em até mais duas vezes, no máximo, o reparcelamento de tais débitos havidos com o CRESS, conforme

deliberação do XXX Encontro, ratificada pelo XXXI; XXXII; XXXIII; XXXIV e XXXV Encontros Nacionais CFESS/CRESS.

Art. 4º - Todas as deliberações do XXXV Encontro Nacional CFESS/CRESS relativas as anuidades e suas decorrências, quais sejam: estabelecimento do valor da anuidade de pessoa física, entre os patamares máximo e mínimo, previstos pela presente Resolução, prazos para pagamento, descontos das anuidades, parcelamentos, acréscimos, correção e outros, deverão ser referendados pelas **ASSEMBLÉIAS REGIONAIS**, a serem convocadas regularmente pelos CRESS, em seu âmbito de jurisdição.

Parágrafo Único - A matéria prevista no “caput” do presente artigo, será regulamentada pelo **CRESS**, através da expedição de Resolução, de forma a consubstanciar as decisões da Assembléia da categoria, realizada, dentre outros, para este fim.

Art. 5º - Os valores das taxas, a partir da fixação da anuidade, terão os seguintes limites máximos:

| | |
|---|-----------|
| I. Inscrição de Pessoa Jurídica (abrangendo a expedição do Certificado de Pessoa Jurídica) | R\$ 56,39 |
| II. Inscrição de Pessoa Física (abrangendo a expedição de Carteira e Cédula de Identidade Profissional) | R\$ 45,11 |
| III. Substituição de Carteira de Identidade Profissional ou expedição de 2ª. via | R\$ 33,83 |
| IV. Substituição de Cédula de Identidade Profissional ou expedição de 2ª.via | R\$ 22,55 |
| V. Substituição de Certificado de Registro de Pessoa Jurídica | R\$ 22,55 |

Art. 6º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Serviço Social, por deliberação de seu Conselho Pleno.

Art.7º - Esta Resolução passa a surtir seus regulares efeitos de direito, na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Brasília, 02 de outubro de 2006.

ELISABETE BORGIANNI
Presidente do CFESS